



**ATA N.º 27**

**24-10-2018**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a vigésima sétima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo.

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----**

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.-----

O Sr. Presidente da Câmara apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacinto Francisco Calado Sota: -----

Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Noé' and other illegible signatures.

*“A Câmara Municipal de Cuba manifesta o seu pesar pela morte de Jacinto Francisco Calado Sota, que desempenhou, por escolha do Povo deste concelho, o cargo de Presidente da Assembleia Municipal durante 4 anos, entre 1997 e 2001.*

*Personalidade incontornável na vida do associativismo do concelho de Cuba, a sua vida ficará para sempre associada às diversas entidades onde desempenhou funções, pelo que o seu desaparecimento representa uma perda para a toda a comunidade.*

*Curvamo-nos perante a sua memória e exemplo cívico, razão pela qual conquistou um merecido lugar na nossa memória coletiva, apresentando à sua família a expressão do nosso mais sentido pesar pelo seu desaparecimento e a mais profunda solidariedade neste momento de luto e dor que a todos nós atinge.”*

Os Vereadores do Partido Socialista revêem-se no voto de pesar e apresentaram a seguinte proposta:

*“Foi com bastante pesar e emoção que tivemos conhecimento, no passado sábado, do falecimento do Mestre Jacinto Sota, figura incontornável do movimento associativo, cultural e político do concelho e a que todos os Cubenses devem o maior respeito e consideração.*

*A perda de uma personalidade consensual como o Mestre Jacinto Sota deixa-nos um enorme vazio e será para sempre recordada pelos seus contemporâneos e pelas gerações vindouras, tendo sido certamente uma das pessoas em Cuba que mais se empenhou e trabalhou em prol da sua terra, quer através do seu envolvimento e participação cívica nos mais variados projetos e iniciativas, como pela sua ligação a várias instituições e coletividades que desinteressadamente serviu e ajudou a desenvolver no nosso concelho, como a Sociedade Filarmónica, o Sporting Clube de Cuba, os Bombeiros Voluntários, a Santa Casa da Misericórdia, o Grupo Espigas Douradas, entre outras, sem esquecer a enorme responsabilidade de ter sido Presidente da Assembleia Municipal de Cuba. Tudo isto ao longo de uma vida longa de dedicação à sua terra, sempre no maior respeito dos valores morais, éticos e de cidadania, tendo sido para todos nós um privilégio poder tê-lo tido como amigo e usufruir das enormes capacidades humanas e de liderança que sempre demonstrou possuir.*

*Tão ou mais importante que qualquer outra homenagem póstuma que lhe possa ser feita no futuro, consideramos que o Município de Cuba terá a obrigação de perpetuar a memória do Mestre Jacinto da Sota em algo que simbolize o seu papel interventivo e a sua dedicação ao movimento cultural e associativo do nosso concelho, pelo que os*

*Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal propõem que o Auditório do Centro Cultural de Cuba passe a ser designado Auditório Mestre Jacinto Francisco Calado Sota. Será uma simbólica homenagem a um Grande Homem que Cuba perdeu e que todos os Cubenses irão reconhecer como justa."*

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a proposta irá ser avaliada.

A Sr.ª Vereadora Noémia Ramos no período de 10 a 24 de outubro, desenvolveu as seguintes atividades:

- Atendimento aos munícipes;
- Acompanhamento dos processos de intervenção social dos programas sociais do SASS e de SAE;
- Acompanhamento e monitorização dos processos de integração dos colaboradores dos contratos de emprego inserção e emprego inserção + e GIP;
- Monitorização dos trabalhos do Gabinete Municipal de Proteção Civil;
- Participação na reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para apresentação da pré-proposta de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o período 2019-2029 e auscultação de contributos das entidades competentes;
- Preparação da 4.ª mobilidade para a Turquia do projeto internacional – Let Everybody Inside;
- Participação na conferência "Cuba CLIL Is In – benefícios e desafios que se impõem no Baixo Alentejo", onde foi partilhado o galardão de Selo Europeu para as Línguas atribuído à CM Cuba, pela Agência Nacional;
- Adesão do Município ao Dia Municipal para a Igualdade, sob a égide da "Igualdade, Inclusão, Participação", concertada com a iniciativa "Pelo Combate à Pobreza e à Exclusão Social", pelo que foram planeadas e organizadas as atividades, que se encontram a decorrer no dia de hoje: Dinâmica de grupo com os alunos do 1.º ano, do

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the name "Noémia" and several illegible signatures.

1.º ciclo da EB, designada "Igualdade na Diversidade"; campanha solidária de recolha de alimentos, nas escolas do concelho, a entregar à Conferência Vicentina de Nossa Senhora da Rocha, destinados a famílias que deles necessitem; Tertúlia na BMC, "Competências Sem Género", direccionada aos alunos do 3.º ciclo do AEC, alunos da EPC e população em geral.

O Sr. Vice-Presidente Francisco Fitas informou que as casas de banho do recinto da Feira Anual foram vandalizadas em dois dias sucessivos. A situação foi reportada à GNR para tomada de conhecimento da ocorrência e fins ulteriores, mas é de facto uma situação que se lamenta.

-----  
**BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2018: € 438 684.90.** -----  
-----

-----  
**ORDEM DO DIA.** -----

**1. DAVIDE MIGUEL DO Ó MACHADO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a requerimento do Sr. Davide Miguel do Ó Machado, autorizou a emissão de licença especial de ruído para realização de atividade ruidosa temporária por ocasião da festa de casamento que teve lugar no dia 20 de outubro de 2018, das 21,00 horas às 04,00 horas do dia seguinte, no Pavilhão dos Bombeiros Voluntários de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----



-----  
**2. CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL, LDA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS.** -----

Solicita o Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda. licença especial de ruído, para a realização do II Torneio Desportivo Inter Escolas (Sports Night Party), no Pavilhão de Exposições, em Cuba, no dia 22 de novembro de 2018, no horário compreendido entre as 22.00 e as 03.00 horas, bem como a isenção das respectivas taxas. -----

(1) Pedido de licença especial de ruído. De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de actividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

O presente pedido tem enquadramento no disposto no artigo 15.º do presente Decreto-Lei. -----

(2) Isenção do pagamento de taxas. Refere o n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50%, mediante deliberação fundamentada da câmara, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

(1) Emitir a licença Especial de ruído, das 19 horas do dia 10 até às 2,00 horas do dia 11 de novembro, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08; -----

(2) Isentar do pagamento de taxas, nos termos do n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 17,21, o valor das taxas sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

-----  
**3. JUNTA DE FREGUESIA DE VILA ALVA. PEDIDO DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO, LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS.**

Solicita a Junta de Freguesia de Vila Alva, no âmbito das comemorações do São

Martinho, a emissão de licença de recinto improvisado, licença especial de ruído das 19,00 horas até às 02,00 horas do dia 10 de novembro de 2018 e, a isenção do pagamento das respetivas taxas. -----

Do enquadramento da pretensão resulta o seguinte: -----

A Licença de Recinto improvisado: O Decreto-lei 268/2009 de 29 de setembro, estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos, e procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, que regula a instalação e o funcionamento de recintos de espetáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais, devendo, para cumprimento do aí determinado, o processo ser instruído com os documentos de junção obrigatória, que constam das alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 15.º do mesmo articulado, bem como a fotocópia da apólice do seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais. -----

A Licença especial de ruído: De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

A Isenção do pagamento de taxas: Refere o n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, as isenções e reduções são concedidas por deliberação da Câmara Municipal, oficiosamente quando reconheça o interesse municipal da atividade ou mediante requerimento dos interessados devidamente instruído e fundamentado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

(1) Emitir, na sequência de despacho que determinar a vistoria prévia, a licença de recinto improvisado, de acordo com o disposto Decreto-lei 268/2009, de 29 de setembro, desde que o processo se encontre instruído com os documentos de junção obrigatória, que constam das alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 15.º do mesmo articulado, designadamente a apólice de seguro. -----

(2) Emitir a licença Especial de ruído, das 19 horas do dia 10 até às 2,00 horas do dia 11 de novembro, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08; -----

(3) Isentar do pagamento de taxas, nos termos do n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 463,74, o valor das taxas sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

**4. ANA PAULA NUNES VARELA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE FATURA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES.** -----

Solicita a Sr.ª Ana Paula Nunes Varela, que lhe seja facultada a possibilidade do pagamento da quantia proveniente do consumo de água do mês de setembro, da sua habitação sito na Rua de Beja, 15, em Cuba, cujo contrato se encontra em nome de Manuel Joaquim Coreixo Almeida, em prestações mensais no valor de € 10,00, em virtude da sua débil situação financeira. -----

De acordo com o disposto no artigo 73, nos pontos 3 e 4, Cap. V, secção II, do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba, “ o utilizador pode pagar a fatura parcialmente, o total pode ser dividido, mas cada uma das tarifas não pode ser fraccionada, deve ser paga na totalidade”. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento fracionado. -----

**5. RITA ALEXANDRA CORREIA VASCO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA ALEGRIA, N.º 1, EM CUBA.** -----

Solicita a Sr.ª Rita Alexandra Correia Vasco, na qualidade de consumidora de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, em prestações mensais no valor de € 40,00 cada, atendendo a dificuldades de ordem financeira que não lhe permitem proceder ao pagamento na totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação 199/2018, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de

outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma faseada e alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**6. MARIETE VIANA GONÇALVES. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DE LISBOA, 7, VILA RUIVA. -----**

Solicita a Sr.ª Mariete Viana Gonçalves, na qualidade de consumidora de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, em prestações mensais no valor de € 25,00 cada, atendendo a dificuldades de ordem financeira que não lhe permitem proceder ao pagamento na totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação 201/2018, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma faseada e alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**7. ANTÓNIO MANUEL FERRO FITAS. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA ALEGRIA, N.º 24, EM CUBA. -----**

Solicita o Sr. António Manuel Ferro Fitas, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo de água na morada indicada, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de valor até € 7,50, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação 204/2018, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma faseada e alertando para o facto de que o



incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**8. ALEXANDRE MANUEL DUARTE BATISTA. RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO. CORREÇÃO DE ERROS DE ESCRITA E DE CÁLCULO. -----**

Pelo presente se informa que, no Relatório de Análise da Comissão que procedeu à análise da candidatura ao Lote 16 do Parque Empresarial de Cuba, apresentada por Alexandre Manuel Duarte Batista, foi verificada a existência de um erro de escrita, bem como de um erro de cálculo decorrente daquele anterior, que determinou a sua imediata retificação, conforme disposto no art.º 249.º do Código Civil (*"O simples erro de cálculo ou de escrita, revelado no próprio contexto da declaração ou através das circunstâncias em que a declaração é feita, apenas dá direito à retificação desta"*).

Assim sendo, no aludido Relatório de Análise onde constava *"A Comissão de Análise propõe, por unanimidade, a alienação ao candidato ALEXANDRE MANUEL DUARTE BATISTA, do lote 16, com área total de 642,60m<sup>2</sup>, pelo valor de € 3.213,00 (três mil duzentos e treze euros)"*, passou a constar a seguinte retificação *"A Comissão de Análise propõe, por unanimidade, a alienação ao candidato ALEXANDRE MANUEL DUARTE BATISTA, do lote 16, com área total de 645,06m<sup>2</sup>, pelo valor de € 3.225,30 (três mil duzentos e vinte e cinco euros e trinta cêntimos)"*. -----

Anexa-se caderneta predial do prédio, onde consta a sua área real. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, no uso da competência em matéria de estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões, prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter esta retificação para conhecimento. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**9. REVOGAÇÃO DE DOAÇÃO. MATERIAL TAP. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 86/2018, do SAJAI, cujo teor se transcreve: -----

"Por deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião ordinária de 24/05/2017,

cuja certidão se junta, foi deliberada a doação à Santa Casa da Misericórdia de algum material (cadeiras) que havia sido doado ao Município pela TAP. -----

Em 09/02/2018, comunicou aquela entidade ao Chefe de Gabinete do Sr. Presidente, que a Mesa Administrativa, em reunião no dia anterior, considerou que as cadeiras não se enquadram com a Misericórdia tanto a nível funcional como estético pelo que a Instituição não iria proceder à sua recolha / levantamento. Portanto, não aceitava a doação. -----

Esta situação só chegou ao n/ conhecimento a 12/10/2018, conforme email que se anexa. -----

Nesta conformidade, e uma vez que a doação ficará sem efeito por não ter sido aceite pelo donatário, deve V. Ex<sup>a</sup>, ao abrigo da competência própria prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter o presente assunto ao órgão executivo para que delibere a revogação da doação feita à Santa Casa da Misericórdia de Vila Alva. -----

Mais deverá verificar-se se a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cuba, outra das entidades a quem foi doado parte daquele material, aceita ou não essa doação, a fim de se poder agir em conformidade." -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com o proposto na informação. -----

**10. PROJETO DE REVITALIZAÇÃO URBANA DA RUA SERPA PINTO, EM CUBA. PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL SITO NA RUA DE SERPA PINTO, COM OS NÚMEROS DE POLÍCIA 37, 41, 43 E 45, NA RUA ÁLVARO DE CASTELÕES, COM O NÚMERO DE POLÍCIA 3, E NA TRAVESSA PÚBLICA, EM CUBA, PROPRIEDADE DOS HERDEIROS DE JOAQUIM PEDRO DA CUNHA SAMPAIO, SENDO CABEÇA DE CASAL O CÔNJUGE SOBREVIVO, SR.<sup>a</sup> MANUELA SAMPAIO. -----**

Como é de conhecimento mútuo, desde o ano de 2015 que começamos a planear a metodologia visando a aquisição dos prédios necessários à implantação do projeto de Requalificação da Rua de Serpa Pinto, com incidência também no início da Rua Álvaro de Castelões. -----

Ao longo deste tempo têm sido desenvolvidas negociações com os proprietários dos prédios necessários à execução do citado projeto, cabendo-nos registar o seguinte: -----

1.º - Em 13 de setembro de 2017, a Câmara formalizou a deliberação de aquisição do prédio propriedade dos Herdeiros da família Lança de Carvalho, tendo o contrato de compra e venda sido celebrado no passado dia 30 de agosto de 2018, depois de resolvidas as questões inerentes a um necessário destaque para salvaguardar um contrato de arrendamento para habitação existente, e ainda a questão relacionada com um ónus do prédio por força da existência de uma usufrutuária, registando-se a caducidade do mesmo por morte da beneficiária em 10 de fevereiro de 2003. Outro entrave que obstou a celebração mais cedo do contrato prendeu-se com a existência de uma herdeira que se encontrava em parte incerta, situação que acabou por ser solucionada com já foi detalhadamente explicado oportunamente. -----

Hoje o prédio é propriedade da autarquia, estando a ser ultimado o respetivo registo on-line na Conservatória do Registo Predial, em conformidade com a legislação aplicável. -----

2.º - Em 23 de maio de 2018, a Câmara formalizou a deliberação de aquisição do segundo prédio necessário ao projeto, cuja propriedade era do Sr. Joaquim Bicho, tendo o contrato de compra e venda sido celebrado no passado dia 29 de maio de 2018. São conhecidas as razões pelas quais também esta aquisição teve obstáculos relevantes para ultrapassar, o que justificou o período que mediou o início das negociações e a conclusão do procedimento. -----

Hoje, também este prédio é propriedade da autarquia, estando também aqui a ser ultimado o respetivo registo on-line na Conservatória do Registo Predial, em conformidade com a legislação aplicável. -----

É pois chegado o momento de concluir o procedimento de aquisição daquele prédio que é mais relevante à execução do projeto, não só pela sua dimensão, mas principalmente pela sua localização, visto que o mesmo tem fachadas para três ruas distintas, Rua de Serpa Pinto, com os números de polícia 37, 41, 43 e 45, Rua Álvaro de Castelões, com o número de polícia 3, e Travessa Pública, sendo provavelmente em termos de centralidade o prédio mais relevante em toda a vila de Cuba. -----

11 ->  
[Handwritten signatures and initials]

Regista-se que o prédio, sendo indiviso, tinha diversas fracções, e nesta altura ainda dispõe de 5 entradas e restivos números de polícia. -----

O prédio está inscrito na matriz predial sob o artigo 972 e tem uma área total de 563,1900 m2, juntando todas as divisões com utilização independente que o compõem. Por diversos motivos esta foi a mais difícil das negociações, tendo a mesma se arrastado ao longo de mais de dois anos, uma vez que numa primeira fase existia uma diferença considerável entre o valor exigido pelos proprietários – 110.000€ e aquele que era o valor que tínhamos como referência para a aquisição. -----

As negociações foram formalmente iniciadas em 20.07.2016, com o nosso ofício com a referência EGE/000240, sem prejuízo dos contatos preliminares já entretanto ocorridos. Ao longo do processo foram encetados diversos esforços no sentido de pagar pelo prédio valores próximos daqueles que havíamos idealizado, existindo inúmera correspondência entre as partes, destacando nós aqui as seguintes missivas que ficarão anexas à presente informação: -----

- Nossa carta de 20.07.2018, já antes mencionada; missiva dos proprietários, datada de 28 de dezembro de 2016; nossa carta de 08.02.2017; Resposta da Advogada dos proprietários, datada de 15 de março de 2017; nossa carta datada de 12.12.2017; e-mails trocados entre as partes desde 05 de janeiro de 2018 a 26 de janeiro de 2018. -----

Neste contexto, é possível dizer que o princípio de acordo foi obtido em reunião na casa dos proprietários em Lisboa, no dia 02 de fevereiro de 2018, onde estiveram presentes os proprietários, a sua advogada, o Sr. Presidente da Câmara e eu, próprio como Jurista responsável pela vertente técnica do procedimento. -----

Registo que, apenas houve princípio de acordo, porquanto a contraparte queria aceitar os 55.000€ por nós propostos, mas que com a exigência de que ficasse para o Município de Cuba ónus da resolução do contrato de arrendamento comercial ainda por solucionar. -----

Esta exigência não foi por nós aceite, pelos riscos que acarretava, o que levou a que tivessem que ser os proprietários a dirimir a questão, primeiro com ação judicial no Balcão Nacional de Arrendamento visando o despejo e posteriormente, em boa hora, acordo amigável com os ex-arrendatários, tendo nós efetuado as propostas que

julgámos oportunas e que viriam a recolher os devidos frutos depois de um imbróglio entre o Senhorio/Arrendatário que se arrastava há mais de um ano. -----

Esse acordo com ex-arrendatário foi-nos comunicado, presencialmente, no passado dia 11 de outubro de 2018. -----

Registamos que, como em qualquer negociação, sempre temos tentado defender os interesses da autarquia atribuindo aos prédios propostas de aquisição coincidentes com a realidade local e com o avançado estado de degradação que quase todos eles apresentam. -----

Volta a mencionar-se o facto de que estas negociações prévias assentam em dois pressupostos. Um deles é que elas são isso mesmo, negociações prévias, e como tal ficam sempre dependentes de uma tomada de posição formal por parte do órgão competente, Câmara Municipal. -----

No segundo pressuposto, depois de chegado ao entendimento prévio de que a Câmara quer adquirir e o proprietário quer alienar, é facultado por este segundo o acesso ao prédio por parte de um perito avaliador externo que elabora relatório pericial sobre o valor do imóvel e a deliberação da Câmara nunca deverá ser superior a esse valor. -----

Assim sendo, sem prejuízo do valor patrimonial que consta da caderneta inicial, que sendo um valor de referência, nem sempre espelha a realidade do mercado de compra e venda de imóveis, área muito mais volátil de que as cadernetas prediais que assentam documentos que perduram por anos e anos, entendeu a câmara, para salvaguardar perante terceiros que a aquisição será um bom negócio para a autarquia, solicitar também a avaliação do imóvel para parte de um perito avaliador externo, no caso *sub judice* o Dr. Jacinto Matos, avaliador acreditado, onde se pode constatar que o valor atual de mercado – 80.362,00€ supera com alguma margem àquele que a câmara se deve prontificar para pagar ao titular do prédio – 55.000,00€. -----

Regista-se que a presente despesa foi previamente inserta em Orçamento Municipal estando devidamente cabimentada (n.º sequencial 28026), e comprometida (n.º sequencial 35640), conforme documentação apensa à deliberação; -----

Recorda-se ainda o facto de a autarquia já ter garantido o financiamento comunitário através do ALENTEJO 2020 para a execução do projeto e que, concluídas estas



aquisições, existe ainda uma negociação em curso, e aprovado o projeto de construção, estaremos em condições de lançar o concurso público da empreitada. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Nos termos do disposto na alínea g) do nº 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à possibilidade de adquirir imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG (557.000,00€) determinar a compra do prédio sito na Rua de Serpa Pinto, n.º 37, 41, 43 e 45, na Rua Álvaro de Castelões em Cuba, n.º 3, e na Travessa Pública, com uma área de global de 563,190m<sup>2</sup>, assente e três divisões com utilização independente, prédio que se encontra inscrito na matriz sob o art.º 972, propriedade dos herdeiros de Joaquim Pedro da Cunha Sampaio, sendo Cabeça de Casal da Herança o cônjuge sobrevivente, Sr.ª Maria Manuela Pinheiro Pais Sampaio, pelo valor de 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros); -----

2.º - Registrar que a presente despesa está devidamente cabimentada, comprometida, conforme documentação apensa à deliberação; -----

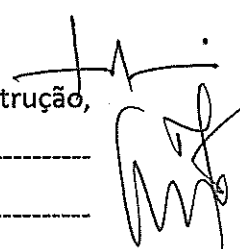

3.º - Determinar que a aquisição seja efetuada através de contrato de compra e venda mediante documento particular a elaborar pela Técnica Superior Jurista, Maria Isabel Semião, designada nos termos do art.º 35.º n.º 2 al. b) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, documento que será posteriormente sujeito a registo, depois de autenticado, na Conservatória Predial por Advogado ou Solicitador contratado para o efeito, em sintonia com a lei aplicável nesta matéria; -----

4.º - Mandatar o Presidente da Câmara para proceder à assinatura do contrato de compra e venda; -----

5.º - Da presente deliberação dar conhecimento ao titular do prédio, para proceder à entrega dos documentos necessários à elaboração da minuta do contrato de compra e venda. -----

#### **11. INE - RETORNO DE INFORMAÇÃO PERSONALIZADA AOS MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO SISTEMA DE INDICADORES URBANÍSTICOS (SIU), REFERENTE A 2017. -----**

Foi presente à Câmara, para conhecimento, a Informação n.º 205/2018, da Subunidade Administrativa, acompanhando o ficheiro de retorno de Informação Estatística referente

  
Naef  
Higelo  


ao município de Cuba no âmbito do Sistema de Indicadores Urbanísticos (SIU) do INE referente a 2017. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**12. FORMALIZAÇÃO DO APOIO EM ESPÉCIE ATRIBUÍDO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE CUBA PARA COLOCAÇÃO DE PAVÊ EM TODO O RECINTO EXTERIOR DO CENTRO PAROQUIAL DE CUBA. NECESSIDADE DE DELIBERAÇÃO FORMAL SOBRE O ASSUNTO PARA ENCERRAMENTO DO PROCESSO EM TERMOS PATRIMONIAIS E CONTABILÍSTICOS.** -----

Veio a Unidade Financeira solicitar/propor que se formalize a cedência dos bens entregues à Fabrica da Igreja Paroquial de Cuba, que permitiu a colocação de pavê em todo o recinto exterior do Centro Paroquial de Cuba, para que a situação fique regularizada em termos patrimoniais e contabilísticos. -----

*Quid Juris?* -----

Tendo o Município de Cuba adquirido a empresa da especialidade no decurso de 2018 uma quantidade de pavê correspondente a 980 m2, em termos contabilísticos importa que no encerrar do ano civil e económico esse bem tenha sido afetado a uma obra ou esteja inventariado em armazém. -----

Ocorre que, em final de abril de 2018, veio a Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Rocha solicitar ao Município o apoio na realização da pavimentação do Centro Paroquial de Cuba, apoio esse que consistia na cedência do respetivo material – pavê rectangular 20x15x5, ficando a cargo da Comissão de Festas a responsabilidade pela sua aplicação. -----

Auscultado o Serviço do Armazém Municipal, foi pelo seu responsável confirmado que foram entregues no Centro Paroquial 920m2 do citado material, com um custo global para a autarquia de 3.225,06€ (três mil duzentos e vinte e euros e seis cêntimos). -----

Assim sendo, importa que se regularize a questão com deliberação da Câmara Municipal, cedendo formalmente o respetivo material à entidade em cima mencionada, mediante um apoio em espécie enquadrado no artigo em baixo transcrito: -----

Artigo 33.º

Competências materiais

1 - Compete à câmara municipal: -----

... -----  
o) *Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;* -----

A Câmara, por unanimidade, ao abrigo das competências que lhe são cometidas à pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, visando a regularização da situação em termos patrimoniais e contabilísticos, deliberou formalizar a concessão de um apoio em espécie à Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Cuba, que consiste na cedência de 920m2 de pavê retangular com as dimensões 20x10x5, com um custo global de 3.225,06€ (três mil duzentos e vinte e euros e seis cêntimos), material que serviu para pavimentação do espaço exterior do Centro Paroquial de Cuba, edifício paralelo à Igreja Matriz de Cuba, edifício classificado.-

**13. LILIANA CAMPENHE SANTOS DA SILVA. APOIOS SOCIAIS – ALIMENTAÇÃO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 90/2018, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com as alíneas a), b) e f) do n.º 1 do art.º 2.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Liliana Campenhe Santos da Silva. A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

-----

**14. ANA ETELVINA LEÃO CARDEIRA SEPÚLVEDA. APOIOS SOCIAIS – ALIMENTAÇÃO E GÁS.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 92/2018, do SASS, enquadrando o pedido de apoio formulado pela Sr.ª Ana Etelvina Leão Cardeira Sepúlveda, para alimentação e gás. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com as alíneas a), b) e f) do n.º 1 do art.º 2.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, deliberou atender o pedido da munícipe, atribuindo um apoio para alimentação e gás, no valor de € 77,50. -----

-----

**15. PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL VISANDO A COLABORAÇÃO PARA OS FINS DA CASA FIALHO DE ALMEIDA.** -----

Foi presente à Câmara, para apreciação, a presente proposta de protocolo visando a colaboração para os fins da Casa Fialho de Almeida, que seguidamente se transcreve:

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO**

**(proposta)**

Entre, a **BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL**, serviço central da administração directa do Estado, adiante designada por BNP, com estatuto orgânico aprovado Decreto-Lei n.º 78/2012, de 27 de março, com sede no Campo Grande, n.º 83, 1749-081 Lisboa, neste ato representada por Maria Inês Cordeiro, na qualidade de Diretora-Geral, adiante designada BNP: -----

e, o **MUNICÍPIO DE CUBA**, neste ato representado por João Português, na qualidade de Presidente, adiante designado por Município; -----

1. Considerando que a BNP compreende, entre as suas atribuições de serviço público:

- 1.1 A recolha, tratamento e conservação do património documental português, em língua portuguesa e sobre Portugal, assim como assegurar o seu estudo, divulgação e as condições para a sua fruição, e garantir a classificação e inventariação do património bibliográfico nacional, -----
- 1.2 A manutenção, estudo e difusão de bibliotecas e espólios de personalidades da vida cultural portuguesa, entre os quais a biblioteca pessoal de Fialho de Almeida, pelo escritor legada a esta Instituição; -----
2. Considerando que o Município compreende nos seus objetivos a proteção e dinamização do património cultural local, designadamente através da: -----
- 2.1 Constituição da Casa Fialho de Almeida como museu vocacionado para a manter viva a memória do Escritor, contribuindo para a divulgação e aprofundamento da sua Obra; -----
- 2.2 Promoção de atividades museológicas da Casa Fialho de Almeida em torno da vida e obra do Escritor em que assume papel importante o conhecimento e difusão da sua biblioteca; -----
3. É celebrado, de boa fé e sem reservas, o presente Protocolo de Cooperação Institucional que se rege pelas cláusulas seguintes: -----
- 3.1 A BNP e o Município comprometem-se a colaborar na promoção de ações que contribuam para uma fruição integrada do património bibliográfico legado por Fialho de Almeida, através de iniciativas de reconhecido interesse para os fins e objetivos da Casa Fialho de Almeida; -----
- 3.2 A BNP compromete-se a: -----
- a) facilitar ao Município, em condições preferenciais, o acesso ao acervo constituído pela biblioteca de Fialho de Almeida, para fins de exposições temporárias na Casa Fialho de Almeida, no respeito pelas práticas e condições de conservação regulamentadas nesse âmbito; -----
  - b) colaborar na produção de cópias digitais de espécies pertencentes à Biblioteca de Fialho de Almeida que venham a ser requeridas pelo Município; e de outra documentação dos seus acervos que possa ser relevante,



designadamente manuscritos do Escritor existentes no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. -----

3.3 O Município compromete-se a: -----

a) observar as orientações da BNP na utilização da documentação que venha a ser cedida para exposições temporárias; -----

b) suportar eventuais despesas de seguro e transporte com as atividades expositivas e de custos de digitalização, mediante acordo prévio de ambas as partes sobre as respetivas condições de execução; -----

3.4 A BNP e o Município comprometem-se a divulgar a parceria institucional em todas as ocasiões e meios que, de comum acordo, considerem oportunos e adequados à prossecução dos fins e objectivos deste Protocolo de Cooperação. -----

3.5 O presente Protocolo de Cooperação produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura, por um período inicial de dois anos, automaticamente renovável por iguais e sucessivos períodos de tempo. -----

3.6 O presente Protocolo de Cooperação deixará de produzir efeitos quando qualquer dos Signatários manifestar a sua vontade nesse sentido, notificando o outro por escrito com pelo menos seis meses de antecedência. -----

Lisboa, ... de .... de 2018 -----

Pela Biblioteca Nacional de Portugal

Maria Inês Cordeiro

Diretora-Geral

Pelo Município de Cuba

João Manuel Casaca Português

Presidente

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a minuta do presente Protocolo. -----

## **16. LEVANTAMENTO DOS IMÓVEIS DEGRADADOS NA FREGUESIA DE CUBA PARA EFEITOS DE MAJORAÇÃO DO IMI. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 118/2018, do Gabinete Municipal de Proteção Civil, acompanhando um levantamento de imóveis degradados na freguesia de Cuba, de

cuja toponímia e numeração policial se dá conta através da listagem que adiante se transcreve, efetuado para efeitos de majoração do IMI para o ano de 2019. -----

ARRUAMENTO	N.º DE POLÍCIA
Rua Visconde da Esperança	25
Rua Visconde da Esperança	39
Rua Visconde da Esperança	82
Largo Fialho de Almeida	15
Largo Fialho de Almeida	24
Largo Fialho de Almeida	25
Largo Fialho de Almeida	30
Rua Formosa	30
Rua Formosa	103
Rua Formosa	118
Praça da República	11
Rua Miguel Bombarda	7
Rua Miguel Bombarda	18
Rua Miguel Bombarda	21
Rua Miguel Bombarda	32
Rua Luís de Camões	30
Rua Luís de Camões	37-A
Rua Luís de Camões	44
Travessa de São Pedro	1
Rua Cândido dos Reis	30
Rua Dr. João Almeida Tojeiro	21
Rua Dr. João Almeida Tojeiro	24
Rua Dr. João Almeida Tojeiro	25

Rua Dr. João Almeida Tojeiro	29
Rua Dr. João Almeida Tojeiro	31
Rua Longa	10
Rua Longa	22
Rua Longa	23
Rua Longa	25
Rua Longa	27
Travessa da Alegria	3
Rua da Alegria	15
Rua da Alegria	23
Rua de Évora	12
Rua de Évora	14
Rua de Évora	33
Rua João Vaz	5
Rua João Vaz	17
Rua João Vaz	21
Rua João Vaz	47
Rua João Vaz	49
Rua Dr. Manuel Marques da Costa	21
Rua Dr. Manuel Marques da Costa	23
Rua do Bairro Novo da Bica	10/11/11-A
Rua 1º de Maio	12
Rua 1º de Maio	37
Rua 1º de Maio	53
Rua Augusta	23
Rua Augusta	55(S/N)

Handwritten notes and signatures:

- Top right: A horizontal line with a dot above it.
- Below the line: A large, stylized signature.
- Below the signature: The word "Noah" written in cursive.
- Below "Noah": Another stylized signature.
- Below that: A small letter "K".
- At the bottom: A signature that appears to be "J. Silva".

Rua Augusta	60
Rua Augusta	66
Rua Augusta	73
Rua Augusta	102
Rua Augusta	130
Rua Augusta	147
Rua do Convento	6
Rua do Carmo	20
Rua do Carmo	64
Travessa do Carmo	91
Rua da Esperança	16/18
Rua Manuel Vitorino Batarda	1
Rua Manuel Vitorino Batarda	24
Rua Xavier Vieira	3
Rua Xavier Vieira	5
Rua Xavier Vieira	9
Rua de Serpa Pinto	36
Rua da Mouraria	6
Rua da Sociedade Filarmónica. Cub. 1º Dezembro	13
Rua da Sociedade Filarmónica. Cub. 1º Dezembro	40
Rua da Sociedade Filarmónica. Cub. 1º Dezembro	42
Rua de Beja	12
Rua de Beja	30
Rua de Beja	32-A
Rua Manuel Bernardo Barahona	2
Rua Manuel Bernardo Barahona	4

Rua Manuel Bernardo Barahona	10
Rua Xavier Vieira	1
Rua de Beja	3(S/N)
Rua João Vaz	45
Rua Dr. Manuel Marques da Costa	7
Rua Dr. João Almeida Tojeiro	4
Rua de Serpa Pinto	36
Rua Álvaro de Castellões	45
Rua Álvaro de Castellões	47
Rua da Esperança	5/7
Rua da Sociedade Filarmónica. Cub. 1º Dezembro	17
Largo do Almeida	8
Rua do Touril	14
Travessa da Fonte	3/5

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large signature and the word "Voz" written vertically.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Para efeitos da presente deliberação, em sintonia com o n.º 8 do art.º 112.º do CIMI consideram-se prédios urbanos degradados os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. -----

2.º - Apresenta-se em anexo a lista detalhada dos prédios considerados degradados para efeitos de majoração, que estão identificados pela toponímia e pela numeração policial; -----

3.º - Os serviços deverão diligenciar para que sejam afixados editais nos lugares do costume contendo a listagem dos prédios a majorar, para que os seus proprietários, querendo, exerçam o direito de audiência prévia dos interessados, durante 10 dias úteis, vindo ao processo demonstrar inequivocamente que o seu prédio não reúne os requisitos em cima enunciados no que concerne ao seu estado de degradação; -----

4.º - Decorrido esse prazo sem que nada seja dito, ou não sendo deferida a pretensão apresentada, será a listagem definitiva apensa à proposta a remeter à Assembleia Municipal. -----



**17. ACORDO COM A PARÓQUIA DE S. VICENTE DE CUBA, DESTINADO ÀS DESPESAS COM O TÉCNICO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO – TESOURO DA IGREJA MATRIZ. RENOVAÇÃO PELO PRAZO DE UM ANO. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 87/2018, do SAJAI, cujo teor se transcreve: -----

"Em 02/09/2002, foi celebrado com o Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja um Protocolo para Salvaguarda, Recuperação e Valorização do Património Cultural Religioso do Concelho de Cuba, cuja cópia se anexa. -----

Entre diversas medidas resultantes deste Protocolo, destaca-se a criação do Núcleo Museológico – Tesouro – da Igreja Matriz de Cuba. -----

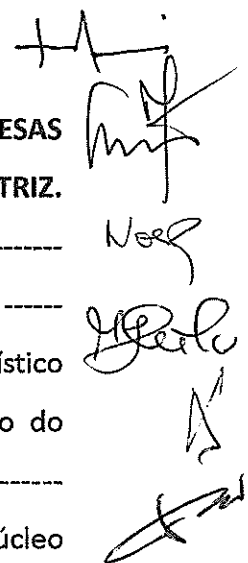
Na sequência da criação deste núcleo, foi assinado com a Paróquia de S. Vicente um acordo destinado à comparticipação das despesas com o técnico que presta serviço neste local, cuja cópia se anexa. -----

O valor a transferir para a Paróquia é atualmente de € 600/mês. -----

Determina a Cláusula 3ª deste Acordo que o mesmo "(...) *é celebrado pelo prazo de um ano, podendo ser renovado por idênticos períodos se as partes, por escrito, nada disserem em contrário*" e a Cláusula 4ª que "(...) *poderá ser denunciado, a qualquer tempo, pelas partes, desde que o comunique à outra, por escrito, com antecedência de 15 dias em relação ao seu termo*". -----

Nesta conformidade, deve a Câmara Municipal, no âmbito das competências vertidas nas alíneas t) ("*Compete à câmara municipal (...) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal*") e u) ("*Compete à câmara municipal (...) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)*") do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberar sobre a renovação por mais um ano deste acordo." -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou renovar, por mais um ano, o Acordo com a Paróquia de São Vicente de Cuba. -----



**18. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A ASSOCIAÇÃO FERODO QUEIMADO.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 88/2018, do SACTPH, propondo a aprovação do presente protocolo, que adiante se transcreve, nos seguintes termos: -----

Considerando que a Associação Ferodo Queimado tem prestado um bom serviço na promoção e divulgação do desporto, bem como de outras atividades culturais e recreativas, contribuindo assim para divulgar o nome do Concelho de Cuba; -----

Considerando o interesse a nível cultural e recreativo das atividades desenvolvidas por esta Associação; -----

Considerando que compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra (alínea b) do nº 4 do artº. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

Considerando o disposto no artº. 67º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, remete-se para aprovação o presente Protocolo de Colaboração que tem por objecto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba à Associação Ferodo Queimado para que esta possa levar a efeito a sua actividade. -----

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E ASSOCIAÇÃO FERODO QUEIMADO**

Considerando que a Associação Ferodo Queimado tem prestado um bom serviço na promoção e divulgação do desporto, bem como de outras atividades culturais e recreativas, contribuindo assim para divulgar o nome do Concelho em todos os locais aonde se desloca; -----

Considerando o interesse a nível cultural e recreativo das atividades desenvolvidas por esta Associação; -----

Considerando que compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou

f 1  
[Handwritten signatures and initials]

outra (alínea b) do nº 4 do artº. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

Considerando o disposto no artº. 67º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, -----

É celebrado entre: -----

1.º **MUNICÍPIO DE CUBA**, pessoa coletiva nº 500 832 935, adiante designado por 1º outorgante, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, João Manuel Casaca Português, -----

2.º **A ASSOCIAÇÃO FERODO QUEIMADO**, pessoa coletiva nº 509 398 251, com sede na Rua Praça 5 de Outubro, em Vila Alva, adiante designada por 2º outorgante, neste ato representada pelo seu Presidente, Rui Jorge Serrano Alves, -----

O Presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

#### 1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Centro Cultural e Associação Ferodo Queimado, para que este possa levar a efeito a sua atividade.

#### 2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 800,00 respeitante a verbas correntes, distribuído da seguinte forma:

- Organização da Rota do Cante e das Tradições – 800,00€

#### 3ª

a) O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas.

b) O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite.

#### 4ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno.

#### 5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes.

6ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito.

7ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas.

8ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações, por este solicitadas, acerca da execução do protocolo.

9ª

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser.

Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.

As partes assim o disseram e outorgaram.

Cuba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

O 1º Outorgante, \_\_\_\_\_

O 2º Outorgante, \_\_\_\_\_

O presente Protocolo de Colaboração foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Cuba, em sua reunião ordinária de 24/10/2018, nos termos da legislação em vigor. -----

-----  
**19. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E GRUPO CORAL BAFOS DE BACO.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 89/2018, do SACTPH, propondo a aprovação do presente protocolo, que adiante se transcreve, nos seguintes termos: -----

Considerando que o Grupo Coral Bafos de Baco tem prestado um bom serviço na promoção e divulgação do cante alentejano, bem como de outras atividades culturais, desportivas e recreativas, contribuindo assim para divulgar o nome do Concelho de Cuba; -----

Considerando o interesse a nível cultural e recreativo das atividades desenvolvidas por esta Associação; -----

Considerando que compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra (alínea b) do nº 4 do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

Considerando o disposto no art.º 67º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, remete-se para aprovação o presente Protocolo de Colaboração que tem por objecto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Grupo Coral Bafos de Baco para que este possa levar a efeito a sua actividade. -----

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O GRUPO CORAL "BAFOS DE BACO" DE CUBA**

Considerando que, o início da sua existência tem por base a dignificação do Cante como Património Imaterial da Humanidade e do Cancioneiro Tradicional Alentejano, o Grupo Coral "Bafos de Baco" tem por objetivo dignificar o Cante da Cuba enquanto "Catedral do Cante" e honrar o legado patrimonial na divulgação do cante alentejano pelo universo. -----

Considerando relevantes os serviços de natureza cultural e social que o Grupo pretende desenvolver; -----



Considerando que compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra alínea, u) do nº1 do artº 33º da lei 75/2013,12/09); -----

É celebrado entre: -----

1º **MUNICÍPIO DE CUBA**, pessoa colectiva nº 500 832 935, adiante designado por 1º outorgante, neste acto representado pelo Presidente da Câmara Municipal, João Manuel Casaca Português,

2º **O GRUPO CORAL “Bafos de Baco”**, pessoa coletiva nº513512128, com sede na no Rua Alto da Bica,Nº 14, em Cuba, adiante designada por 2º outorgante, neste ato representada por, António Caixeiro, Carlos Heleno e António Borges na qualidade, respetivamente, de presidente, secretário e tesoureiro, conforme disposto no artigo nº 6 º dos respectivo Estatutos, o presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes:

### 1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objecto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Grupo Coral “Bafos de Baco”, para que este possa levar a efeito a sua atividade cultural.

### 2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 1.282,50, sendo respeitante na íntegra a verbas correntes.

2. As verbas referidas no número anterior destinam-se aos seguintes fins:

a) € 1.069,00, destinam-se a custear as despesas decorrentes da sua actividade;

b) € 213,50, destinados às comemorações do aniversário do grupo coral.

3. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária para o NIB a apresentar no início e no último trimestre do ano civil.

### 3ª

1. O Município de Cuba compromete-se a prestar o apoio técnico e logístico necessário à implementação das atividades previstas no plano anual, de acordo com os recursos que a autarquia possui e a sua disponibilidade;

2. A autarquia compromete-se a ceder os meios de transporte do município, em conformidade com a sua disponibilidade e as solicitações do grupo coral, nas seguintes condições:

- a) um limite máximo de 1500 km, para o ano civil de 2018;
- b) sempre que o limite definido anteriormente seja ultrapassado o Município de Cuba procederá à cedência dos referidos meios, de acordo com a disponibilidade da autarquia, sendo da responsabilidade da associação todas as despesas inerentes às viagens realizadas.

4ª

3. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correcta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas.

4. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite.

5ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno.

6ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes.

7ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às actividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito.

8ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas.

9ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitado acerca da execução do protocolo.

**10ª**

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser.
2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.

As partes assim o disseram e outorgaram.

Cuba, de \_\_\_\_\_ de 2018

O 1º Outorgante, \_\_\_\_\_

O 2º Outorgante, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O presente Protocolo de Colaboração foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Cuba, em sua reunião ordinária de 24/10/2018, nos termos da legislação em vigor. -----

**OBRAS PARTICULARES.** -----

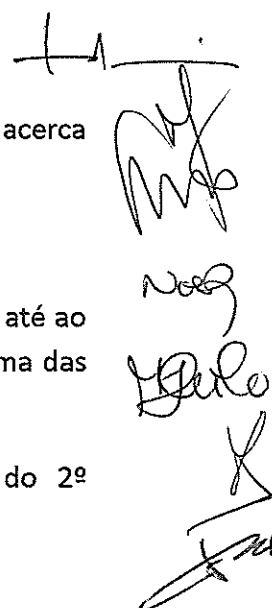
**APROVAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA.** -----

**20. ANTÓNIO JOSÉ SACRISTÃO FITAS. PROCESSO N.º 25/2018.** -----

**DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO. RUA MIGUEL BOMBARDA, N.º 39, EM CUBA.** -----

Vem o requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura da obra de demolição/construção de habitação no prédio acima identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação N.º 25/2018, do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar



no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

**DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE LICENCIAMENTO** -----

**21. PAULO NUNES PAIS DOS SANTOS E OUTRO. PROCESSO N.º 10/2018.** -----

**DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO. ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO, N.º 23-A, EM CUBA.** -----

Vem o requerente requer a aprovação do licenciamento da obra de construção no prédio sito na Estrada da Circunvalação n.º 23-A, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 10 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

**22. MÁRIO MANUEL CORREIA TACÃO. PROCESSO DE OBRAS N.º 34/2017. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL PARA ACABAMENTOS. LOTE 11 DA QUINTA DA GRACIOSA, EM CUBA.** -----

Solicita o Sr. Mário Manuel Correia Tacão a emissão de licença especial para acabamentos da obra que decorre no lote n.º 11 do Parque Empresarial da Quinta da Graciosa, pelo prazo de um ano, atendendo a que devido a alguns imprevistos e ao estado de saúde do proprietário não foi possível concluí-la no prazo da segunda prorrogação. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação do Gabinete Técnico deliberou, nos termos do art.º 88.º do Dec-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação que lhe foi conferida pelo Dec-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir a licença especial para acabamentos pelo prazo de um ano. -----

**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----**

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ----

*"2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior". -----*

Não se registaram intervenções. -----

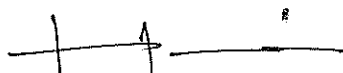
Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11h 50m. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

